



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL

Decisão nº 48/2024/SUPEL-ASTEC

À
Comissão de Licitações - CPLO

Concorrência Pública n. 007/2023/CPLO/SUPEL/RO

Processo Administrativo: 0004.076060/2022-87

Interessada: Corpo de Bombeiros Militar – CBM/RO.

Objeto: Implementação de cobertura de garagem do Quartel do Comando Geral do Corpo de Bombeiros de Rondônia, no município de Porto Velho.

Assunto: Decisão em julgamento de recurso.

Vistos, etc.

Tratam os presentes autos de procedimento licitatório, na modalidade Concorrência Pública, que tem por objeto a *Implementação de cobertura de garagem do Quartel do Comando Geral do Corpo de Bombeiros de Rondônia, no município de Porto Velho*, gerenciado pela unidade interessada supra citada.

Os presentes autos seguem instruídos sob a égide da Lei 14.133/21 e aportaram para elaboração de decisão da autoridade superior, obedecendo os termos do art. 165, § 2º, da referida lei.

Verifica-se a interposição tempestiva de recurso por parte da empresa DOUGLAS & CIA SOCIEDADE LTDA (Id. Sei! 0046998416), a licitante protesta contra a decisão da Comissão de Licitação, que a inabilitou pelas seguintes razões:

(i) Não apresentar a declaração da empresa, caso seja vencedor, contratará pessoas privadas de liberdade, em regime semiaberto ou egressos nos termos do Decreto nº 25.783, de 1º de fevereiro de 2021, que regulamenta a Lei Estadual nº 2.134, de 23 de julho de 2009.

A recorrente rebate as razões de inabilitação, afirmando, em suma, o excesso de formalismo, vez que apresentou a declaração emitida pela Gerência de Reinserção Social da Secretaria de Estado da Justiça - SEJUS supriria a exigência estabelecida. Ademais, na mesma oportunidade recursal, acostou aos autos a sua Declaração de Compromisso de Contratação de Pessoas Presas ou Egressas do Sistema Prisional.

Na leitura do edital que rege essa Concorrência Pública n. 007/2023/CPLO/SUPEL/RO, vê-se a seguinte exigência quanto a qualificação jurídica, Item 12.1.10, do edital de Id. Sei! 0045287428, *ipsis litteris*:

12.1.10. Declaração do licitante de que, caso seja vencedor, contratará pessoas privadas de liberdade, em regime semiaberto ou egressos nos termos do Decreto nº 25.783, de 1º de fevereiro de 2021, que regulamenta a Lei Estadual nº 2.134, de 23 de julho de 2009 (ANEXO XIII e ANEXO XIV), acompanhada de declaração emitida pela Gerência de Reinserção Social da Secretaria de Estado da Justiça - SEJUS, que dispõe acerca de pessoas aptas à execução de trabalho.

Conforme se extrai dos autos, de fato a empresa recorrente apresentou apenas a declaração da SEJUS e não apresentou no momento de envio dos documentos a DECLARAÇÃO PRÓPRIA exigida, conforme se verifica no Id. Sei! 0046873515, página 64.

Ocorre que, a ausência da aludida declaração poderia ser sanada através de diligência junto à licitante. Frisa-se, a licitante incumbiu-se do ônus de maior proporção, qual seja, a obtenção a declaração da SEJUS, no entanto, na ocasião deixou de enviar tão somente a declaração própria.

Não obstante, observando a peça recursal (Id. Sei! 0046998416) verifica-se que a recorrente apresentou a "*Declaração de Compromisso de Contratação de Pessoas Presas ou Egressas do Sistema Prisional*", em anexo ao recurso (Id. Sei! 0046998416 - fl. 5), portanto, suprimindo a ausência da documentação.

É certo que a Administração deve se pautar nos princípios norteadores das contratações públicas, dentre os quais se encontra a vinculação ao instrumento convocatório (Art. 3º da Lei nº. 8.666/1993). Todavia, é importante consignar que a licitante preencheu todas as demais exigências constantes na seleção pública, inclusive, preenchendo a declaração de ciência expressa aos termos do edital. Nesse sentido, o Ministro Castro Meira através do REsp nº. 1190793 SC compreende que "*Não se deve exigir excesso de formalidades capazes de afastar a real finalidade da licitação, ou seja, a escolha da melhor proposta para a Administração em prol dos administrados.*"

O chamado Princípio do Formalismo Moderado não possui o condão de desrespeitar o edital da licitação, nem os princípios atinentes às contratações públicas. Este princípio deve priorizar a satisfação do interesse público, economicidade e eficiência, sem desrespeitar a legalidade.

Nesse sentido, o Tribunal de Contas da União se manifesta acerca da matéria:

A observância das normas e das disposições do edital [...] deve ser aplicada mediante a consideração dos princípios basilares que norteiam o procedimento licitatório, dentre eles os da eficiência e da seleção da proposta mais vantajosa. Diante do caso concreto, e a fim de melhor viabilizar a concretização do interesse público, pode o princípio da legalidade estrita ser afastado frente a outros princípios. (TCU – ACÓRDÃO 357/2015 – PLENÁRIO)

Portanto, a utilização do formalismo moderado não significa desrespeito à vinculação ao instrumento convocatório (Art. 41 da Lei nº. 8.666/1993), mas se trata de uma solução tomada pelo gestor a partir de um conflito de princípios, mantendo a legalidade do ato.

Acerca da temática, aludimos o entendimento proferido pelo Tribunal de Contas da União, que já se manifestou reiteradas vezes sobre o assunto no seguinte sentido:

"A observância das normas e das disposições do edital, consoante o art. 41, caput, da Lei 8.666/93, deve ser aplicada mediante a consideração dos princípios basilares que norteiam o procedimento licitatório, dentre eles os da eficiência e da seleção da proposta mais vantajosa. Diante do caso concreto, e a fim de melhor viabilizar a concretização do interesse público, pode o princípio da legalidade estrita ser afastado frente a outros princípios" (Acórdão 119/2016-Plenário | Relator: VITAL DO RÊGO)"

"Falhas formais, sanáveis durante o processo licitatório, não devem levar à desclassificação da licitante. No curso de procedimentos licitatórios, a Administração Pública deve pautar-se pelo princípio do formalismo moderado, que prescreve a adoção de formas simples e suficientes para propiciar adequado grau de certeza, segurança e respeito aos direitos dos administrados, promovendo, assim, a prevalência do conteúdo sobre o formalismo extremo, respeitadas, ainda, as praxes essenciais à proteção das prerrogativas dos administrados" (Acórdão 357/2015-Plenário | Relator: BRUNO DANTAS)"

"Rigor formal no exame das propostas dos licitantes não pode ser exagerado ou absoluto, sob pena de desclassificação de propostas mais vantajosas, devendo as simples omissões ou irregularidades na documentação ou na proposta, desde que irrelevantes e não causem prejuízos à Administração ou aos concorrentes, serem sanadas mediante diligências" (Acórdão 2302/2012-Plenário | Revisor: WALTON ALENCAR RODRIGUES).

Por fim, vale destaque aos dizeres da Excelentíssima Procuradora do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas de Minas Gerais, Maria Cecília Mendes Borges, que através do artigo "*Da*

licitação como instrumento para uma gestão condizente com o interesse público: o problema do formalismo exacerbado na frustração desse fim e a importância da participação popular para implementar a efetividade do seu controle", publicado na Revista do TCU n.º 100, jul/set de 2005, pág. 91 a 100. fls. 94, discorre:

O rigor formal, nesse sentido, não pode servir à dificuldade da finalização do próprio procedimento, acabando por atender a fins escusos e não aos previstos até mesmo no texto constitucional. Isso porque a licitação envolve interesses econômicos de toda ordem de grandeza, pois que se relaciona, intimamente, com a ação administrativa do Estado em suas relações negociais com o particular.

Os aplicadores do Direito, além do conhecimento técnico, devem deter senso para desentocar interesses escusos e barrar-lhes o passo. A licitação não é um concurso de destreza destinado a selecionar o melhor cumpridor de edital. **Ademais, o formalismo encontra conteúdo na seleção da proposta mais vantajosa, sendo nulo o procedimento quando qualquer fase não for concretamente orientada nesse sentido.** (grifo nosso).

Desta feita, a ausência de permissão do envio da Declaração de Compromisso de Contratação de Pessoas Presas ou Egressas do Sistema Prisional, em acompanhamento à Declaração da SEJUS, caracteriza-se como excesso de formalismo.

Isto posto, após a análise aos fundamentos expostos na Ata de Julgamento do Recurso Administrativo (Id. Sei! 0047209437), expedido em observância às razões recursais apresentadas (Id. Sei! 0046998416), com espeque na fundamentação supra, verifico que merece reforma a decisão da Comissão.

Isto posto, **DECIDO**:

Conhecer e julgar **PROCEDENTE** o recurso interposto pela empresa **DOUGLAS & CIA SOCIEDADE LTDA**, para que seja aceita a "Declaração de Compromisso de Contratação de Pessoas Presas ou Egressas do Sistema Prisional" apresentada no documento Id. Sei! 0046998416 - fl. 5.

Em consequência, **REFORMO** a decisão da Comissão de Licitação/CPLO.

À Comissão para ciência e providências aplicáveis à espécie.

Fabíola Menegasso Dias

Diretora-Executiva

Superintendência Estadual de Compras e Licitações- SUPEL



Documento assinado eletronicamente por **Fabíola Menegasso Dias, Diretor(a) Executivo(a)**, em 09/04/2024, às 23:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0047363175** e o código CRC **BBF6E1AB**.